

## **História, Memória e Esquecimento: implicações políticas**

Maria Paula Nascimento Araújo (UFRJ)

Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ)

Maria Paula Nascimento Araújo  
es Profesora del Departamento de Historia  
del Instituto de Filosofía y Ciencias Sociales,  
de la Universidade Federal de Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ)  
e Investigadora del Laboratorio de Estudios del Tiempo  
Presente (IFCS/UFRJ), donde coordina el Núcleo  
de Historia Oral y Memoria.  
e-mail: mp-araujo@uol.com.br

Myrian Sepúlveda dos Santos  
es Profesora e Investigadora de la Universidade  
del Estado de Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.  
e-mail: myriansantos@yahoo.com

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo investigar os impasses em lembranças relacionadas a conflitos, guerras e períodos de opressão política. A justiça a ser realizada sobre crimes cometidos passados, debate que vem sendo travado não só em diversas áreas acadêmicas, como na sociedade em geral, depende de processos seletivos e negociados que envolvem fatos passados. Nem sempre, entretanto, sociedades optam pela lembrança. Nosso intuito, evidentemente, não é o de esgotar o debate em torno do lembrar e do esquecer, mas, pelo contrário, expandir o conhecimento sobre estes termos, o que implica em estabelecer também seus limites.

### **Summary**

The aim of this article is to investigate the impasses among memory and oblivion that are present in memories related to conflicts, wars and periods of political oppression. The justice to be accomplished on crimes made in the past, debates that emerges not only in several academic areas as in the society in general, depends on selective and negotiated processes that involve last facts. Not always, however, societies opt for memory. Our interest, evidently, is not to drain the debate around memory and oblivion, but, on the contrary, to expand the knowledge about these terms, what also implies to establish its limits.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo investigar os impasses entre memória e esquecimento que estão presentes em debates sobre a preservação e divulgação de arquivos relacionados a conflitos, guerras e períodos de opressão política. A justiça a ser realizada sobre crimes cometidos passados, e que vem sendo travado não só em diversas áreas acadêmicas, como na sociedade em geral, embora não dependa apenas de documentos e testemunhos, tem neles um grande aliado. Nem sempre, entretanto, sociedades optam pela lembrança. Nosso intuito, evidentemente, não é o de esgotar o debate em torno do lembrar e do esquecer, mas, pelo contrário, expandir o conhecimento sobre estes termos, o que implica em estabelecer também seus limites.

A primeira questão que se coloca é que a formação de arquivos, processos e julgamentos decorrentes de práticas de tortura não proporciona a revelação de uma verdade absoluta; ela é sempre seletiva e envolve uma disputa entre interesses conflitantes. Na primeira parte deste artigo terá como base os trabalhos de Halbwachs sobre memória coletiva, procurando mostrar o processo seletivo do que é lembrado e esquecido em contextos de conflitos políticos. Da mesma maneira que a memória se torna uma arma política para as vítimas de guerras e genocídios, o esquecimento pode ser utilizado por governos democráticos que procuram estabelecer sua hegemonia.

A segunda parte deste artigo investigará uma gama de elementos que torna a memória resistente às diversas possibilidades de sua utilização no presente. Narrativas históricas que presidem a organização de arquivos, coleções e museus nos lembram daquilo que é passado, que não está mais presente entre nós, e, ao se voltarem para o passado, falham em sua tarefa de transmitir o aprendizado oriundo da experiência e da dor. Memória e esquecimento, portanto, não podem ser reduzidos a um processo seletivo, cuja origem se encontra no presente. Para compreender o que não obedece à razão, é preciso lidar, por um lado, com tradições herdadas, que fazem parte de nossas identidades e que não respondem a nosso controle, e, por outro, com sentimentos profundos, como amor, ódio, humilhação, dor e ressentimento, que surgem independentemente de nossas vontades.

Como resultado destes desafios, procuraremos mostrar, na terceira parte deste artigo, como diversas alternativas se constroem com o intuito de superar o distanciamento entre passado e presente e estabelecer uma agenda, em que a lembrança se vincula à possibilidade do esquecimento.

Maurice Halbwachs foi o primeiro sociólogo a resgatar o tema da memória para o campo das interações sociais<sup>1</sup>. Rejeitando a idéia corrente em sua época de que a memória seria o resultado da impressão de eventos reais na mente humana, ele estabeleceu a tese de que os homens tecem sua memória a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos. Assim sendo, determinadas lembranças são reiteradas no seio de famílias, outras entre os operários que trabalham em uma fábrica e assim por diante. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida. A memória individual revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciada por cada um.

A memória individual, portanto, não pode ser distanciada das memórias coletivas. Não é o indivíduo que lembra, que detém o controle do resgate sobre o passado. A memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo. Ainda que o indivíduo pense que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido ou fatos e objetos que só ele presenciou e viu, ela é coletiva, pois o indivíduo ainda que esteja só é o resultado das interações sociais. Ele vê o mundo através de construções coletivas como a linguagem. Dois indivíduos, de tradições culturais distintas, ao se perderem em um mesmo deserto trarão lembranças, descrições e sentimentos diferenciados de suas experiências. Estas não são estritamente individuais, pois, como afirma Halbwachs, o indivíduo nunca está só.

Ao tornar a memória objeto das ciências sociais, Halbwachs reitera a tese Durkheimiana sobre a preponderância da sociedade e da consciência coletiva sobre o indivíduo. Para ele, é preciso que os quadros sociais da memória sejam identificados, tornem-se visíveis à ação humana. Cada um de nós é influenciado por correntes de pensamento que se configuram no tempo e no espaço. A atmosfera presente em um dado vilarejo, cidade ou nação em dada época está presente em cada um de seus habitantes. Circunstâncias políticas comuns deixam suas marcas em cada indivíduo que delas fizeram parte. Indivíduos apresentam traços comuns de personalidade, da mesma forma que assimilam hábitos em seus comportamentos que podem ser

<sup>1</sup> Maurice Halbwachs estabeleceu os principais argumentos teóricos de defesa do caráter coletivo da memória coletiva em duas obras que hoje se tornaram referências obrigatórias ao tema, *Os quadros sociais da memória* (1925) e *A memória coletiva*, esta última publicada após sua morte (1950).

encontrados em outros que partilharam com eles uma mesma situação.

Podemos ainda dizer que a ênfase dada por Halbwachs às representações coletivas foi contrabalançada no plano teórico por aqueles que sob influência da psicologia social dedicaram-se à investigação da participação dos agentes sociais nos processos interativos. A memória, a tradição e a história passaram a ser formas de continuidade com o passado que envolviam uma representação coletiva tanto reproduzida, como construída ativamente pelos seus membros. Nesse sentido, quanto mais instáveis e movediças são consideradas as interações sociais, mais peso ganha a ação do indivíduo. Neste caso, a transmissão de representações coletivas entre indivíduos ao longo do tempo e do espaço torna-se cada vez mais esparsa e descon-tínua<sup>2</sup>. De qualquer forma, se especialistas de diversos campos disciplinares podem investigar os processos responsáveis pelas reiterações e negociações ocorridas contemporaneamente em torno de eventos passados, estes inegavelmente devem muito às primeiras reflexões sobre a memória trazidas por Halbwachs.

No que diz respeito à manutenção de arquivos relacionados a períodos de dominação e violência, em que direitos humanos são desrespeitados, é evidente que há uma luta política. Quem decide que narrativas deverão ser preservadas e divulgadas? Ao longo do século XX, a grande demanda dos que foram vítimas de governos totalitários e repressivos deu-se em torno de movimentos pelo resgate da memória. Os arquivos, artefatos e relatos do passado representam nesse contexto as provas de um passado que foi deliberadamente colocado à parte das versões oficiais da história. O lema ainda hoje é o de lembrar tudo aquilo que foi deliberadamente colocado no limbo da história para evitar que os erros do passado se repitam; lembrar para resistir ao controle que se faz a partir do esquecimento de fatos cruciais que foi imputado às novas gerações.

<sup>2</sup> A coletânea de artigos organizada por David Middleton e Derek Edwards consolida a abordagem interacionista nos estudos sobre memória coletiva (Middleton & Edwards 1990). Esta tese é levada ao extremo por autores que defendem o ritmo acelerado de transformação nas sociedades contemporâneas, em que a singularidade dos indivíduos caracterizar-se-ia pelo seu distanciamento das tradições anteriormente configuradas. Autores como Anthony Giddens (1990), Ulrich Beck (1994) e Scott Lash (1998) são defensores da tese de que os indivíduos contemporâneos detêm uma autonomia muito maior em relação às tradições do que seus antecessores; eles seriam indivíduos desencaixados e mais livres para se engajarem em novas experiências. Lash, por exemplo, radicaliza este argumento ao acreditar que o espaço de experiências do homem contemporâneo não se dá mais a partir de sua inserção no tempo. Para ele, o espaço de experiência na modernidade tardia acompanha o ritmo de transformação contínua. A política resultante dessas interações sociais não pode ser mais pensada a partir do reconhecimento ou da diferença, mas da ausência e melancolia. Para uma crítica à noção de destradicionalização, ver Santos, 1998, 2003.

Nos governos democráticos que sucederam as ditaduras militares latino-americanas, foram decretadas leis de anistia e do perdão que evitaram o julgamento tanto dos opositores ao regime, como dos que estavam no poder e foram responsáveis por crimes contra os direitos humanos. Esta situação prevaleceu até recentemente, mesmo em situações em que antigos opositores do regime militar alcançaram posições de poder. Apenas nos últimos anos, os pactos de perdão e esquecimento formados começam a ser revistos. Em 2006, pela primeira vez no Brasil, vítimas de seqüestro e tortura durante o regime militar, que tiveram suas vidas brutalmente mutiladas, questionaram a lei de Anistia, decretada em 1979<sup>3</sup>. Também na Argentina, somente nos últimos anos as chamadas leis do perdão estão sendo colocadas em questão, passando a Justiça a rever os crimes perpetrados por funcionários públicos ligados à ditadura militar<sup>4</sup>. O mesmo acontece no Uruguai e Chile<sup>5</sup>.

Os diversos debates sobre reconciliação e verdade na África do Sul pós-apartheid também podem ser compreendidos como resultado de um tênue acordo político que procura ser estabelecido em meio ao ódio e ressentimento acumulados ao longo de muitas gerações. O esquecimento, portanto, também tem sido uma estratégia política utilizada por governos democráticos em determinados períodos, e a história narrada geralmente acompanha as forças de poder estabelecidas no presente. Como um instrumento de poder, memória e esquecimento têm sido utilizados por governos democráticos e totalitários com o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas.

A atuação dos Estados Unidos na guerra do Vietnã ainda não foi devidamente debatida publicamente em fóruns globais. A partir de um livro autobiográfico do então Secretário de Defesa, Robert McNamara<sup>6</sup> ficou evidente que os erros cometidos, ainda que admitidos, não foram julgados

<sup>3</sup> O casal César Teles e Maria Amélia Teles, a irmã desta última, Criméia Almeida, e dois filhos do casal, Janaina e Édson, impetraram uma ação judicial por danos morais e à integridade física contra um agente dos órgãos de segurança dos anos 70, Carlos Alberto Brillante Ustra.

<sup>4</sup> Apesar do forte movimento das «Mães da Praça de Maio», apenas em 2005 a Argentina revogou as leis de ponto final e de obediência devida, também conhecidas como leis do perdão, que impediam processos contra os responsáveis por violação dos direitos humanos. Em 2006, a Justiça considerou inconstitucional o indulto ao ex-presidente Jorge Rafael Videla. No mesmo ano, condenou à prisão perpétua o ex-policia, Miguel Etchecolatz, 77 anos, por crimes cometidos durante a ditadura militar.

<sup>5</sup> No Uruguai, apenas em 2006, 21 anos após o restabelecimento da democracia, o Ministério Público pediu a abertura de processos contra militares e policiais responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura militar.

<sup>6</sup> McNamara (1996).

por aqueles que respaldaram as decisões de um massacre devastador da população civil vietnamita por meio de napalm, gases tóxicos e bombas em escala massiva. A cegueira moral que prevalece ainda nos dias de hoje é resultado, por um lado da falta de distanciamento que tem a sociedade americana para julgar os crimes cometidos, e, por outro, da continuidade do poder dos Estados Unidos na esfera internacional.

É inegável, portanto, a importância dos arquivos e testemunhos para as diversas forças em confronto e as implicações políticas destes nos embates políticos. Como dito inicialmente, entretanto, nem tudo o que diz respeito ao passado é objeto de negociações no presente. Em que pese a crucial importância dos registros do passado e sua relação com o poder, as associações entre memória e liberdade, por um lado, e esquecimento e autoritarismo, por outro, não podem ser generalizadas. Abordagens historiográficas mais recentes tornam a busca ao passado mais complexa do que o simples jogo de interesses travado no presente<sup>7</sup>. Por um lado, autores como Hayden White, ao abolirem a busca a uma presença originária, não lingüística, aproximaram todas as abordagens a tentativas de interpretação restritas ao domínio da linguagem. Relativiza-se com isso não só as narrativas sobre a natureza de um evento, mas também suas implicações políticas. Uma das características da historiografia contemporânea é a revisão sistemática que é feita sobre os conflitos políticos da era moderna. Na França, não só os grandes eventos relacionados à revolução francesa são revisados a cada dez anos, como a herança do governo Vichy é constantemente reinterpretada.

Por outro lado, receosos das armadilhas inerentes aos sujeitos intérpretes, historiadores partiram para a análise de elementos do passado que são transmitidos entre gerações sem serem problematizados. Há a transmissão de um significado não declarado que pode ser considerado como sendo parte de um esquecimento coletivo. Os registros nestes casos não seriam apenas os documentos, mas rituais e práticas cotidianas capazes de desvendar o significado inerente a práticas sociais. Objetos e artefatos também são considerados fundamentais. Eles representam os suportes da memória coletiva, dos quadros sociais que permitem lembrar. Como vimos, Halbwachs abriu uma frente para que historiadores, antropólogos, sociólogos e cientistas políticos pudessem se debruçar sobre os processos responsáveis pela construção de memórias coletivas.

Esses exemplos nos mostram que há várias combinações possíveis entre memória e esquecimento; nem sempre a abertura de arquivos leva à liber-

<sup>7</sup> Embora não seja nosso intuito explorar as diversas correntes teóricas no interior da historiografia, é importante ressaltar a importância tanto da hermenêutica como do estruturalismo neste debate. Ver, entre outros, White (1987) e Nora (1984).

dade. Além disso, há um outro aspecto a ser considerado. Em situações de extrema agressividade e violência, observa-se a incapacidade de resposta das vítimas, que, ao não serem capazes de compreender experiências vivenciadas e lhes dar significados, tornam-se incapazes de operar com suas memórias de forma seletiva. Apesar de poder ser reduzida a instrumento político, o poder da memória excede as tentativas de controle. Vejamos.

#### A AUSÊNCIA DE REGISTROS SOBRE O PASSADO

Nas palavras de Georges Bataille, a revelação dos efeitos da bomba de Hiroshima tornou-se o oposto da revelação dos fatos<sup>8</sup>. Ele denunciou a banalização da barbárie pelas explicações que se sucediam, procurando lógicas e causalidades e sendo incapazes de dar conta do sofrimento inerente ao bombardeio. Bataille nos disse que a representação humana da catástrofe não foi capaz de dar a exata dimensão do evento, ela simplificou e naturalizou o que acontecera. Não foi capaz de transmitir o horror vivenciado pelos sobreviventes para gerações seguintes; não foi capaz de transmitir aprendizado. Para o autor, como o horror não tem palavras para ser descrito, aqueles que tentam explicá-lo acabam por apagar qualquer possibilidade de encontro e reparação em relação à tragédia. À medida que indivíduos obtêm refúgio no mundo da atividade, eles não resolvem os problemas relacionados à violência e ao sofrimento, que são componentes básicos da vida humana. A história que foi contada, ao trazer à tona uma explicação do que acontecera, cumpriu o papel de justificar e banir do imaginário coletivo a violência injustificada.

A possibilidade de representação da realidade é sempre um desafio para o conhecimento. No que diz respeito a eventos traumáticos, a tentativa de alcançar conhecimento se complica. Pesquisadores de diversos campos disciplinares têm se dedicado a estudar as possibilidades de sua reconstrução e explicação. O que responder à questão levantada por Taussig? Porque os espanhóis dizimaram os ameríndios ao chegarem na América com tamanha brutalidade? O antropólogo argumenta corretamente que a conquista já se efetivara e não requeria tal violência<sup>9</sup>. Como compreender o Holocausto? Como explicar o massacre dos tutsís em Rwanda? O que dizer da atitude dos sérvios em Kosovo? Por mais que historiadores procurem explicações para as barbáries cometidas, o excesso cometido parece sempre ficar além

<sup>8</sup> Bataille, 1995/1947: 228-9.

<sup>9</sup> Taussig, 1986.

da compreensão lógica e racional. Arquivos, testemunhos, depoimentos, registros são trazidos à tona na tentativa de transmitir para futuras gerações o absurdo de guerras e genocídios.

O arquivo e memorial Yad Vashem, em Jerusalém, contém o maior número de informações sobre o Holocausto em todo o mundo, e desempenha ainda hoje um importante papel político nas denúncias e condenações de participantes do regime hitlerista. Diversos outros arquivos desempenham papel similar. O Conselho Internacional de Reabilitação de Vítimas de Tortura, em Copenhague, também guarda um importante conjunto de depoimentos e informações sobre violações aos direitos humanos ocorridas em guerras mais recentes, como as ocorridas na Bósnia, Afeganistão e Iraque. Em contraposição ao esquecimento, organizações se constituem para lutar contra o arbítrio através do trabalho de recuperar nomes e restaurar os fatos que podem ainda ser lembrados. O papel destes arquivos não é o de explicar o que não pode ser explicado, mas manter viva a memória do que não pode se repetir.

O papel da memória e do esquecimento em situações traumáticas tem se tornado um tema obrigatório a todos o que se preocupam com a questão do conhecimento e sua relação com a ética e a moral. Alguns estudos são referências fundamentais para aprofundarmos este tema. Freud e Lacan, cada um a seu modo, nos mostraram que indivíduos não têm total controle sobre suas memórias; elas tanto podem retornar reiteradamente sem serem desejadas, como desaparecer sem que haja a opção da lembrança. Além disso, as obras de Nietzsche e Scheler nos ajudam a compreender atitudes que ultrapassam qualquer limite moral a ser esperado de seres humanos. Neste caso a memória não está ligada apenas ao conhecimento, mas também à ética e moralidade.

Para Freud, o trauma é uma consequência ou da natureza devastadora do evento ou do aparato psíquico do indivíduo, que pode não estar preparado para responder a determinados estímulos<sup>10</sup>. Quando um estímulo muito forte nos atinge, nós não somos capazes de responder estes estímulos. Este estímulo quebra nossas barreiras protetoras e passa a fazer parte de nosso próprio organismo, sem que nós possamos nos defender dele. A consciência reflexiva falha. Desta maneira, ele explica pesadelos que voltam reiteradamente fazendo com que indivíduos percam energia, sem poderem se defender deles. A agressão realizada no passado retorna em flashbacks, pesadelos e outros fenômenos similares; ela é a causa dos sintomas, ações repetitivas que visam diminuir o stress causado pela agressão inicial.

<sup>10</sup> Freud, 1920.

Considerando a extrema violência do Holocausto, alguns pesquisadores acreditaram haver neste caso uma relação direta entre evento e representação. Friedländer, por exemplo, defende a tese de que o Shoah, devido ao seu excesso, pode ser expresso sem distorção ou banalização. A extrema violência do Holocausto permitiu aos historiadores reorganizarem seu conhecimento sobre o real. Segundo o autor, como o excesso está além da capacidade que o indivíduo tem de imaginar e representar; como ele não tem limites e é irrepresentável, ele se revela<sup>11</sup>. O que o indivíduo descreve não é uma construção de um evento vivenciado no passado, mas o próprio evento. Esta representação do real sem mediação está presente no testemunho de situações traumáticas. O testemunho de um «agora» é possível porque a consciência foi desativada. Tal como Bataille, Friedländer também defende a tese de que a violência extrema possui característica única. A exterminação dos judeus não pode ser objeto de discussão teórica, ela foi um evento único e precisa ser gravado como tal. Como a recordação do evento traumático é na maioria dos casos extremamente fiel, rigorosa em seus detalhes, ela propicia acesso direto ao real.

Aqueles mais próximos da abordagem hoje conhecida como história oral dão voz àqueles que não aparecem no registro documental; proporcionando a recuperação da história dos grupos em pequena escala, através de relatos construídos ao longo do trajeto pessoal de cada indivíduo e que, embora parciais, têm profundidade e os contornos morais ligados à subjetividade que escapam às demais análises<sup>12</sup>. Os autores que lidam com o Holocausto, entretanto, assinalam que há alguns aspectos do passado que o presente não reconstrói, uma vez que eles não foram construídos anteriormente. O testemunho, neste caso, não é mais uma reconstrução do passado, é o próprio passado que se impõe ao presente.

Há aqui uma questão importante a ser compreendida<sup>13</sup>. O problema que se coloca para a história é que a volta ao passado não está relacionada apenas à busca do conhecimento, pois envolve questões políticas e morais. A crítica de Michel Foucault à história como forma de estabelecer arbitrariamente uma origem, uma continuidade ou mesmo uma finalidade em função do poder deu lugar a um amplo debate sobre a relação entre conhecimento, moral e poder. Inúmeros pesquisadores se voltam para a denúncia de narrativas que, embora revelem fatos e eventos do passado para gerações do presente, reproduzem dominações e formas de poder. As ditas objetividade

<sup>11</sup> Friedländer, 1992: 19.

<sup>12</sup> Thompson, 1992.

<sup>13</sup> Ver, entre outros, Seligmann-Silva, 2000.

e neutralidade de abordagens que procuram reconstituir o passado a partir dos métodos e rigores da ciência podem se constituir em novas formas de controle. O esquecimento, em alguns casos, pode ser uma dádiva.

Scheler, em seu estudo sobre o ressentimento, aponta como experiências profundas relacionadas ao sofrimento e à humilhação podem levar a um sentimento extremamente contagioso de vingança e rancor<sup>14</sup>. Ao relacionarmos uma experiência traumática à identidade do sujeito, podemos compreender que a atitude deste com seu passado não se volta apenas para o conhecimento do que foi deixado para trás. A lembrança, diferentemente do que Halbwachs postulou, não pode ser considerada apenas como uma memória reconstruída. Ela pode levar o indivíduo a reviver uma experiência e evocar desejos e emoções extremamente negativos e auto-destruidoras. A volta ao passado pode conter uma possibilidade de conhecimento, mas traz também uma renovação de sentimentos anteriormente reprimidos. Ainda que possamos admitir que a representação extremamente realista é possível, basta saber se ela é desejável, se ela é capaz de integrar o trauma em nossas vidas de modo articulado e não patológico.

Como os traumas não são apenas individuais, podemos dizer que em relação à construção da memória coletiva, questões similares se colocam. Não cabe nem ao psicanalista, nem ao historiador a decisão última em relação à memória. Além disso, não obstante a excepcionalidade de situações traumáticas, não são poucos os autores que as identificam ao cotidiano da vida contemporânea. Embora a descrição da experiência do choque por Walter Benjamin seja uma das primeiras e mais fortes imagens do indivíduo fragmentado, incapaz de reagir aos estímulos com que se depara, as teses Lacanianas e pós-estruturalistas também reforçam a fragilidade ou incapacidade do indivíduo em lidar com o real<sup>15</sup>.

#### A RESPOSTA DA NOVA HISTORIOGRAFIA

Nos últimos anos a historiografia contemporânea tem procurado responder à questão colocada por Georges Bataille. Historiadores ligados ao campo da história do tempo presente e sobretudo da história oral tem se preocupado em construir um espaço, no interior da narrativa histórica, de valorização da subjetividade, dos sentimentos e da experiência humana. Esta preocupação tem se traduzido, por um lado, no esforço constante de desvendar as mais sutis e camufladas relações de dominação entre os homens –estabe-

<sup>14</sup> Scheler, 1994.

<sup>15</sup> Benjamin, 1973.

lecidas, muitas vezes, a partir do próprio processo social de construção de memória(s); e, por outro, na intenção de resgatar memórias, experiências e vivências ocultadas e silenciadas.

Michel Pollak, no texto *Memória, esquecimento, silêncio*<sup>16</sup> chamou atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e «memórias subterrâneas», marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre grupos minoritários e a sociedade englobante. São lembranças «proibidas», «indizíveis» ou «vergonhosas» que muitas vezes se opõem a mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional.

Nesta direção são muito interessantes as pesquisas de Henri Rousso e de Alessandro Portelli. Rousso estudou os processos de «enquadramento» da memória nacional francesa –com suas operações de ocultamento e reconstrução política principalmente no que se refere à Segunda Grande Guerra, à Resistência e ao colaboracionismo. Rousso mostra como a colaboração e o Governo de Vichy foram relegados à margem da memória nacional, esquecidos, mais do que isso, ocultados<sup>17</sup>.

Portelli, num texto bastante conhecido dos pesquisadores ligados à História Oral<sup>18</sup>, estuda as diferentes «camadas» de memória que se construíram na pequena cidade italiana de Civitella sobre o massacre perpetrado por soldados alemães. Para o governo italiano Civitella aparecia como um símbolo da resistência ao fascismo. O aniversário do massacre era comemorado com honras nacionais. Mas Portelli descobriu, nos depoimentos dos moradores, uma memória subterrânea, oculta, muito diferente da memória oficial. Os moradores sobreviventes viam o massacre como consequência da irresponsabilidade de militantes partigiannii que haviam matado alguns oficiais alemães e deixado a população exposta à vingança nazista. Mas esta memória local não cabia na memória oficial que exaltava o heroísmo da pequena vila e por isso era ocultada.

Aos estudos de Rousso e Portelli se aplica perfeitamente o alerta do historiador francês, Pierre Ansart: «É preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte»<sup>19</sup>. Ansart pretende incorporar à narrativa da história a sua parte «sombria, inquietante,

<sup>16</sup> Pollak, 1989.

<sup>17</sup> Rousso, 1987.

<sup>18</sup> Portelli, 1996.

<sup>19</sup> Ansart, 2001.

freqüentemente terrificante». Baseando-se sobretudo em Nietzsche, Ansart propõe aos pesquisadores uma história dos ressentimentos, uma história que leve em conta, por exemplo, a experiência da humilhação e do medo como motores poderosos da ação e reação humanas.

Tomamos estes quatro autores como as principais referências da historiografia contemporânea para a reflexão que pretendemos fazer sobre as relações entre história, memória e esquecimento enfocando o trauma político a partir de genocídios, ditaduras e tiranias. A nosso ver este tema tem recebido importantes contribuições de pesquisadores ligados à história oral, à história das mulheres e, numa abordagem interdisciplinar, de estudiosos ligados à antropologia. Gostaríamos de comentar aqui alguns destes trabalhos –vários deles ainda em fase de pesquisa e elaboração de conclusões.

O primeiro trabalho que gostaríamos de analisar aqui é o de Silvia Salvatici, pesquisadora italiana que estuda, através de depoimentos orais de imigrantes, o impacto da violência na guerra do Kosovo. Dois textos seus foram publicados na Revista de História Oral: «Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres» e «Narrativas de violência no Kosovo do pós-guerra»<sup>20</sup>. Nos dois trabalhos, altamente complementares, Salvatici aponta para uma questão importante: o aporte novo e revelador trazido pelos depoimentos femininos para a construção da narrativa histórica. Sublinha o fato de que o campo da história oral e o da história das mulheres se desenvolveram juntos e incentivando-se mutuamente. Tanto um quanto o outro nasceram da preocupação de resgatar aquilo que não tinha registro histórico e que, na maioria das vezes, se apoiava apenas no testemunho e no depoimento oral para ser lembrado e conhecido. Tanto um campo quanto o outro tinha a preocupação de resgatar esta «voz do passado»<sup>21</sup> e dar-lhe um lugar na história. Para os pesquisadores da história oral e da história das mulheres esta era uma preocupação política, militante. Mas quando estes dois campos se cruzaram efetivamente a história encontrou algo novo. O que Silvia Salvatici nos mostra é que, a partir de depoimentos de mulheres que estiveram em campos de concentração, que participaram de resistências, que viveram épocas de guerras civis, foi possível trazer para a história todo um lado da experiência humana em tempos de guerra e arbítrio, que era desconhecido e ocultado: episódios, experiências e vivências envolvendo estupros, partos clandestinos, abortos, os cuidados com doentes, a proteção das crianças, o armazenamento de comidas, a produção de vestimentas

<sup>20</sup> Salvatici, 2005a, 2005b.

<sup>21</sup> A expressão é do historiador inglês Paul Thompson, 1992.

e até de disfarces, a improvisação para lidar com a fome e o frio em épocas de escassez severa. Enfim, uma gama de experiências e formas de enfrentamento de guerras e tiranias que não eram conhecidas, que não apareciam nos relatos e registros históricos, nem mesmo nos depoimentos de pessoas que tinham vivido essas situações. A maioria desses depoimentos era dada por homens a partir de experiências masculinas nas prisões, nos campos de concentração, e nos grupos de resistência.

Assim como também, de uma forma geral, são os depoimentos de mulheres que relatam as experiências do amor clandestino, dos beijos trocados atrás de barricadas, dos casamentos apressados, das gestações solitárias, da alegria de partos realizados em precárias condições, mas bem sucedidos. A dimensão amorosa das atividades políticas em tempos de guerra pôde vir à tona a partir de relatos orais e depoimentos femininos.

A experiência tipicamente feminina deste tipo de situação traumática só pôde aparecer com destaque a partir do cruzamento da história oral com a história de mulheres. E somente a partir disso, foi possível para nós pesquisadores trazer para a história uma dimensão da experiência e da vivência humana inteiramente ignorada porque alicerçada na subjetividade feminina, excluída da narrativa histórica.

Em sua pesquisa empírica, Salvatici nos mostra toda a riqueza desta experiência marcada pela subjetividade feminina e por comportamentos e posturas de gênero, determinados pela situação de guerra.

Um outro pesquisador que traz questões importantes sobre a relação entre política e subjetividade na pesquisa histórica é o sul africano Jonathan Grossman. O texto «Violência e silêncio: reescrevendo o futuro», também publicado na Revista de História Oral <sup>22</sup> traz à tona as dramáticas conseqüências de um processo político que tentou ignorar e, em alguns momentos, passar por cima das subjetividades dos atores envolvidos na história política da África do Sul. O texto de Grossman analisa o processo político de reconciliação e re-pactuação nacional vivido pelo país após o fim do regime de apartheid. Seu foco é explicitamente o trabalho da Comissão de Reconciliação e Verdade, que tinha por objetivo a reparação dos danos causados às vítimas e a valorização de uma política de Direitos Humanos.

O ponto levantado por Grossman é importante: a Comissão olhava para todas as pessoas que haviam sofrido nas mãos do regime –com prisões, torturas, clandestinidades, maus tratos, humilhações– como vítimas. E estas pessoas eram chamadas a depor e a relatar, diante da Comissão, o que haviam sofrido. Sem discordar da importância deste trabalho, Grossman

<sup>22</sup> Grossman, 2000.

chama a atenção para o fato de que inúmeras pessoas, sobretudo jovens, queriam depor na Comissão, mas não como vítimas. Queriam relatar seus feitos de luta, de resistência, de combate. Não se sentiam vítimas, mas, sim, heróis combatentes. E não havia lugar para eles, os seus depoimentos não eram desejados, nem registrados. A Comissão não buscava os heróis, mas sim as vítimas. Muitos destes jovens recusavam a vitimização, não se viam assim nem queriam este lugar na história. Mas a Comissão de Reconciliação e Verdade não abria este espaço para eles, não estava interessada neste registro histórico.

Grossman chama a atenção para um processo político que «coloca o sofrimento antes e no lugar do envolvimento e da resistência política»:

«Na medida em que somente a dor é focalizada, as pessoas que viveram toda uma experiência de sobrevivência e resistência acabam sendo reduzidas a simples vítimas, não sendo levado em conta o fato de que também são sobreviventes e resistentes»<sup>23</sup>.

Havia, por parte destes jovens, uma subjetividade que recusava o papel de vítima e desejava afirmar uma identidade ligada à idéia de resistência. Esta subjetividade, para Grossman, foi alijada do processo político pós-apartheid. E o alijamento desta subjetividade estaria alimentando fortes correntes de ressentimento na sociedade sul africana, chegando mesmo a comprometer, de forma perigosa, o sucesso do processo de reconciliação política.

Gostaria ainda de trazer para comentar aqui neste artigo um outro trabalho – agora no campo da antropologia – que discute as relações entre subjetividade e política, no caso do conflito armado ocorrido no Peru, na década de 1980, em função da atuação política do grupo extremista Sendero Luminoso. O livro de Kimberley Theidon, antropóloga da Universidade de Harvard que há muitos anos estuda o Peru, tem o significativo nome *Entre Prójimos: el conflicto armado interno y la política de la reconciliación em el Peru* <sup>24</sup>. O livro se baseia num trabalho de campo realizado em Ayacucho, região onde ocorreu o maior número de vítimas do conflito armado peruano, a maior parte delas sendo indígenas. A pesquisadora estudou sete comunidades indígenas –que sofreram e infringiram sofrimento. O ponto de partida de Theidon é o de que os habitantes das comunidades indígenas (e, algumas vezes as comunidades inteiras) se viam na contingência de se aliar ou com os

<sup>23</sup> Idem, pp. 19-20.

<sup>24</sup> Theidon, 2004.

senderistas ou com as Forças Armadas. E foi exatamente esta característica que conferiu ao conflito armado peruano –pelo menos na região de Ayacucho– a dimensão de guerra civil. Uma guerra que opunha os camponeses e índios ligados ao Sendero Luminoso de um lado, a camponeses e índios que apoiavam as Forças Armadas de outro. Camponeses e índios que, mobilizados pelos Sendero e pelos militares lutavam entre si. A questão que Theidon explora em seu prolongado trabalho de campo é a participação civil nas matanças e violências praticadas e sofridas pela população camponesa indígena.

«¿Cómo es que las personas comenzaran a matarse entre prójimos? ¿Cómo militarizaron y desmilitarizaron la vida cotidiana y las subjetividades?»<sup>25</sup>

Esta é a questão colocada logo no prefácio do livro. Theidon trabalha, especificamente, a questão da subjetividade em tempos de guerra civil, a experiência de grupos sociais desamparados politicamente, manipulados por guerrilheiros e Forças Armadas, envolvendo-se em violentos conflitos com vizinhos, parentes e conhecidos. Desespero e política. É interessante colocar aqui neste texto o fato de que somente muito recentemente o conflito armado peruano, a guerra entre o Sendero e as Forças Armadas que teve lugar em Ayacucho, tem sido objeto de pesquisa histórica e social. Até há pouco tempo atrás este tema era um tabu intransponível. Somente agora os relatos sobre esta experiência têm aparecido e, mesmo assim, com muita dificuldade. Relata a enorme dificuldade que teve em obter depoimentos orais sobre a guerra. Camponeses e índios não queriam falar –nem muito menos registrar suas falas– sobre este assunto. Muito recentemente este tema tem sido objeto da literatura peruana. O romance *La Hora Azul* de Alonso Cueto, já traduzido e publicado no Brasil<sup>26</sup>, é um bom exemplo disso. A sociedade peruana começa a rever, por variados caminhos, a história desta guerra.

Como foi uma história abafada e, em vários sentidos, clandestina, Theidon aponta para a necessidade do manuseio de linguagens subjetivas para o estudo deste tema. Entre estas linguagens ela aponta a linguagem do corpo: é necessário compreender uma experiência culturalmente informada pelo corpo, nos diz ela. Até porque, a experiência de camponeses e indios nesta guerra civil foi marcada pelo corpo: por dor física, torturas, pobreza, fome. O corpo, para ela, é um lugar de memória, um lócus onde se inscreveram experiências históricas importantes.

A questão teórica e metodológica que Kimberley Theidon discute em seu trabalho é justamente a incorporação da subjetividade nos estudos

<sup>25</sup> Idem, prefácio do livro.

<sup>26</sup> Cueto, 2006.

históricos e antropológicos –mas não apenas a valorização da subjetividade na narrativa histórica. Mais que isso: ela propõe que a subjetividade seja incorporada como instrumento de pesquisa metodológica. Ela pretende chegar à investigação do corpo das pessoas (de seus depoentes) –de como esses corpos registram e relatam as experiências de medo, dor, humilhação e também esperança, alegria, alívio, gozo, vividas numa guerra.

A pesquisa histórica –e o debate teórico e metodológico a ela relacionado– tem procurado, portanto, de variadas formas, responder à questão colocada por George Bataille e problematizada neste texto. Esperemos –e trabalhemos neste sentido– que estes novos caminhos historiográficos sirvam para conhecermos melhor a nós mesmos. No sentido emancipatório e libertador deste conhecimento. Não se pode fazer uma história dos homens que ignore a subjetividade da condição humana. Mas que o conhecimento desta subjetividade não sirva para a elaboração de meios mais eficazes de controle e dominação de uns homens sobre os outros – este tem sido o compromisso de muitos historiadores.

### Referências Bibliográficas

- ANSART, Pierre (2001): «História e Memória dos Ressentimentos», in: Bresciani, Stella e Marcia Naxara. (orgs.), *Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, São Paulo, Editora da Unicamp.
- BATAILLE, George (1995/1947): «Concerning the Accounts Given by the Residents of Hiroshima», in: C. Caruth (ed.), *Trauma: Explorations in Memory*, Baltimore & London, The John Hopkins University Press, pp. 221-235 / «A propos de récits d'habitants d'Hiroshima», *Critique* 8-9.
- BECK, Ulrich, Giddens, A. and Lash, S. (1994): *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order*, Stanford, California Stanford University Press.
- BENJAMIN, Walter (1973): *Charles Baudelaire: a lyric poet in the era of high capitalism*, London, NLB.
- CUETO, Alonso, (2006): *A Hora Azul*, Rio de Janeiro, Objetiva.
- FREUD, Sigmund, (1953-1974) [1920]: «Beyond the Pleasure Principle», in: *The Standard Edition of The Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, Eds. James Strachey, Anna Freud, Alix Strachey, Alan Tyson, Angela Richards. Trans. James Strachey et al.: 18 (3-64). London: Hogarth Press, 24 vols.
- FRIEDLÄNDER, Saul (1992): *Probing the limits of representation: Nazism and the «final solution»*, Cambridge, Mass, Harvard University Press.
- GIDDENS, Anthony (1990): *The consequences of modernity*, Stanford, Califórnia, Stanford University Press.
- GROSSMAN, Jonathan (2000): «Violência e silêncio: reescrevendo o futuro», *História Oral*, Revista da Associação Brasileira de História Oral, Nº 3, junho.
- HALBWACHS, Maurice (1925): *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Felix Alcan.
- HALBWACHS, Maurice and Alexandre, J.H. (1950): *La mémoire collective. Ouvrage posthume publié*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LASH, Scott (1998): «Being After Time: Towards a Politics of Melancholy», in: Lash, S., Quick, A. and Roberts, R.H., *Time and value*, Oxford, UK, Malden, MA, Blackwell.
- MCMANARA, Robert S. (1996): *In retrospect: the tragedy and lessons of Vietnam*, New York: Vintage Books.
- MIDDLETON, David & Edwards, Derek (1990): *Collective remembering*, London, Newbury Park, Calif., Sage Publications.
- NORA, Pierre (1984): *Les Lieux de mémoire*, Paris, Gallimard.

POLLAK, Michael (1989): «Memória, esquecimento e silêncio», *Estudos Históricos*, v. 3.

PORTELLI, Alessandro (1996): «O Massacre de Civitella Val di Chiara (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum», in: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina, *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

ROUSSO, Henri (1987): *La syndrome de Vichy*, Paris, Seuil.

SALVATICI, Sílvia (2005<sup>a</sup>): «Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres», *História Oral*, Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 8, Nº 1.

SALVATICI, Sílvia (2005<sup>b</sup>): «Narrativas de violência no Kosovo do pós-guerra», *História Oral*, Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 8, Nº 1.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (1998): «Sobre a Autonomia de Novas Identidades Coletivas: Alguns Problemas Teóricos», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 13, Nº 38.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (2003): *Memória Coletiva e Teoria Social*, São Paulo, Annablume.

SELIGMANN-SILVA, Marcio (2000): «A História como Trauma», in: *Catástrofe e Representação: ensaios*, São Paulo, Escuta.

SCHELER, Max and Frings, M.S. (1994): *Ressentiment*, Milwaukee, Wis., Marquette University Press.

TAUSSIG, Michael T. (1986): *Shamanism, colonialism, and the wild man: a study in terror and healing*, Chicago, University of Chicago Press.

THEIDON, Kimberley (2004): *Entre Prójimos: el conflicto armado interno y la política de la reconciliación en el Peru*, Lima, IEP.

THOMPSON, Paul (1992): *A Voz do Passado*, RJ, Paz e Terra,

WHITE, Hayden (1987): *The content of the form: narrative discourse and historical representation*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.

### Registro bibliográfico

ARAÚJO, MARIA PAULA NASCIMENTO  
Y SANTOS, MYRIAN SEPÚLVEDA DOS  
«História, Memória e Esquecimento: implicações políticas», en: ESTUDIOS SOCIALES. *Revista Universitaria Semestral*, año XVII, Nº 33, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, segundo semestre, 2007 (pp. 157-173).

### Descriptorios · Describers

memória / história / esquecimento / arquivos / políticas públicas / política cultural.

memory / history / oblivion / files / public policies / cultural policies.